



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
**Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares**

Ofº nº894/**MAP** – 12 Fevereiro 09

Exma. Senhora  
Secretária-Geral da  
Assembleia da República  
Conselheira Adelina Sá Carvalho

**S/referência**

**S/comunicação de**

**N/referência**

**Data**

**ASSUNTO: RESPOSTA PERGUNTAS N.º 905 E 919/X (4ª)**

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia dos ofícios n.ºs 425 e 423 de 11 do corrente, do Gabinete do Senhor Ministro da cultura, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Pe'l'A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

MTS

11 02 '09 00423

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência  
o Ministro dos Assuntos Parlamentares  
Dra. Maria José Ribeiro  
Palácio de S. Bento  
1249-068 LISBOA

**Pº 01.02.01 (PSD)**

**V/Refa. Of. nº 254/MAP  
16.01.09**

**Assunto: Pergunta n.º 919/X/(4.ª) – AC de 16 de Janeiro de 2009  
Degradação do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça**

Encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Cultura de, em referência ao ofício n.º 254/MAP, de 16/01/2009, informar o seguinte:

1. O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, agora tutelado pelo IGESPAR, foi objecto, nas décadas mais recentes e sob a tutela do ex-IPPAR, de importantes campanhas de manutenção e beneficiação, nomeadamente das áreas actualmente abertas aos visitantes.

O plano de reordenamento urbano levado a cabo pela autarquia local, acompanhado e apoiado pelo ex-IPPAR, contribuiu em grande medida para a valorização e dignificação do Monumento.

Contudo, a dimensão do conjunto edificado, a recente desafecção funcional (antigo asilo) dos espaços envolventes ao Claustro do Rachadoiro, associada à escassez de recursos financeiros, incrementou o risco de se entrar num ciclo de decadência, incompatível com a reconhecida importância nacional e internacional do Monumento.





MINISTÉRIO DA CULTURA  
*Gabinete do Ministro*

O imóvel detém uma área bruta de construção de aproximadamente 42.400m<sup>2</sup>, dos quais 16.590m<sup>2</sup> se encontram em pleno funcionamento, integrando o circuito de visita e as estruturas de apoio ao Monumento. O Lar residencial ocupava uma área de aproximadamente 21.320m<sup>2</sup>, registando-se nesta área as situações mais graves de degradação, devido à ausência de uso e de acções de conservação preventiva.

2. Como consequência do descrito anteriormente, reconhece-se a necessidade de um plano de intervenção englobando acções de preservação, salvaguarda e valorização do património, de melhoria das condições de fruição, não só ao nível do espaço edificado, como da antiga cerca cisterciense que faz parte integrante da memória do Monumento.
3. Em 2008 o IGESPAR elaborou um plano de acção plurianual com particular detalhe para o próximo triénio, que prevê, numa primeira fase, a inversão das situações que configuram maior preocupação no que respeita à salvaguarda da integridade física do Monumento – coberturas com deficientes índices de estanquidade, fachadas com elementos em desagregação, sistemas infraestruturais obsoletos ou inadequados, etc, incluindo as zonas não ocupadas (Claustro do Rachadoiro).

Numa segunda fase, a preocupação de conferir aos utentes (visitantes e funcionários) condições adequadas de fruição em conforto e segurança da plenitude de espaços que compõem o actual circuito de visita – com a beneficiação das instalações sanitárias, criação de sistemas de prevenção de incêndios e de canais de evacuação em caso de emergência.

O plano consagra ainda uma 3ª fase, focalizada na reanimação e valorização do monumento com acções concertadas de manutenção e beneficiação dos elementos que selam o imóvel (coberturas, fachadas e caixilharias) e a reafecção de um conjunto de espaços actualmente devolutos, integrando-os nos circuitos de visita, determinando o seu alargamento.

A reafecção de espaços interiores e exteriores permitirá reabrir os “horizontes” do Monumento, propondo novos, mais diversificados e completos circuitos de visita, com incorporação de espaços adequados para acolher valências tão importantes como: espaço interpretativo, serviço educativo, loja com cafetaria e depósito de acervos com oficina de conservação e restauro.

4. A ocupação dos espaços edificados é condição necessária à sua manutenção preventiva. O Estado, a autarquia e muitos parceiros públicos e privados estão em diálogo com vista à estabilização de um programa funcional adequado às características do monumento.
5. Tem este Ministério, através do IGESPAR, intenção de iniciar o investimento referido previsto no corrente ano. Mais se informa que o plano de intervenção global no Mosteiro de Alcobaça está integrado no projecto “Rota do Património Mundial”, cuja programação cobre o período entre 2009 e 2013.

Este projecto do IGESPAR foi integrado no Plano de Acção “Oeste+4”, com um investimento total previsto de cerca de 7.500.000 € (a repartir entre IGESPAR e participação comunitária QREN), a iniciar-se no corrente ano. Com efeito, esta intervenção será objecto de candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro do QREN, o qual irá abrir um concurso para “património cultural” durante o mês de Fevereiro do corrente.

6. A verba referida em 5. é a estimativa das acções referidas em 3.
7. Consideram-se, para já, os investimentos referidos em 3. As restantes acções de reabilitação serão equacionadas em conjunto com a autarquia e outros eventuais parceiros.



8. A utilização que vier a ser dada ao monumento obedecerá, obviamente, a um nível elevado de qualidade à sua nobreza, bem como aos requisitos exigidos pela UNESCO, em cuja lista de monumentos e sítios o conjunto monumental está inscrito. Sublinhe-se que apenas está em causa parte da área devoluta.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE



Luís Chaby Vaz



MINISTÉRIO DA CULTURA  
Gabinete do Ministro

11 02\*09 00424

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência  
o Ministro dos Assuntos Parlamentares  
Dra. Maria José Ribeiro  
Palácio de S. Bento  
1249-068 LISBOA

**Pº 01.02.01 (PSD)**

**V/Refa. Of. nº 214/MAP  
14.01.09**

**ASSUNTO: Pergunta n.º 905/X/(4.ª) – AC de 14 de Janeiro de 2009 - Plano de  
Actividades do Centro de Conservação e Restauro para o Ano de 2009**

Encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Cultura de, em referência ao ofício n.º 214/MAP, de 14/01/2009, informar o seguinte:

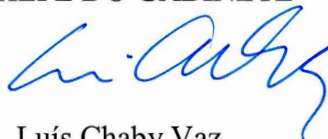
1. O Centro de Conservação e Restauro continuará a desenvolver, a partir de Viseu, actividades na área de conservação e restauro dos monumentos e imóveis de valor patrimonial na região norte e centro, de acordo com o previsto no Plano de Actividades da Direcção Regional de Cultura do Norte (DRCN), entidade de que depende hierarquicamente, colaborando, também, com a Direcção Regional de Cultura do Centro (DRCC) e com as autarquias locais.
2. O Centro em apreço tem continuado a trabalhar de acordo com as solicitações quer da DRCN, quer dos municípios limítrofes, quer ainda das entidades públicas e privadas detentoras/gestoras de património protegido legalmente. No ano que recentemente findou, o centro emitiu pareceres relativamente aos seguintes imóveis: Igreja de S. Vicente, Guarda; Igreja do Piódão; Casa da Ínsua/Solar dos Albuquerque, Penalva do Castelo; Mosteiro de Santa Clara a Velha, Coimbra; Igreja da Misericórdia de Pereira, Montemor-o-Velho; Solar de Santa Ana, Tondela; Igreja das Chagas, Lamego; Capela de Nossa Senhora das Neves, Anadia; Igreja de Nossa Senhora dos Olivais, Coimbra; Capela dos Passos, Ovar; Igreja da Aldeia de Joanes; Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Fundão; Igreja da Misericórdia,

Tentúgal. A título de exemplo refira-se, de igual modo, as acções de sensibilização desenvolvidas por aquele Centro relativamente ao Santuário de Nossa Senhora da Esperança, Abrunhosa do Laudário (Sátão) e Convento de Ferreirim em Lamego, assim como o acompanhamento e fiscalização das obras da Igreja da Trofa.

4. O Plano de Actividades para 2009, aprovado pela DRCN, tem previsto as seguintes actividades:
  - 3.1. Colaboração na promoção da informação descritiva e visual do património cultural afecto à DRCN.
  - 3.2. Colaboração na organização de uma base de dados alargada, contendo toda a informação existente no serviço sobre os imóveis afectos às DRCN e DRCC.
  - 3.3. Continuação do processo de diagnose sistemática, nomeadamente: (i) Levantamento do estado de conservação e preservação do património integrado da DRCN e DRCC; e (ii) Conservação preventiva em imóveis que foram objecto de intervenção de reabilitação, valorização, conservação e restauro no passado próximo.
  - 3.4. Colaboração com outras entidades: (i) Colaboração continuada no âmbito dos apoios que tem vindo a prestar à DRCC; (ii) Colaboração com o Grupo de Missão para a rede de Museus da Câmara Municipal de Viseu; e (iii) Continuação do apoio técnico às instituições públicas e privadas detentoras de património construído de notório interesse cultural.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE



Luís Chaby Vaz